

**XI SIMPOED**  
**25 a 28 de Outubro de 2017, Mariana/MG**  
**Eixo Temático: Escola, Família e Comunidade**

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO REGIME ABERTO: RELATO DE  
EXPERIÊNCIA DO TRABALHO PEDAGÓGICO DESENVOLVIDO EM  
LONDRINA (PR)**

**Juliana Bicalho de Carvalho Barrios**

**Universidade Estadual de Londrina (UEL)**

**E-mail: [juliana\\_bcb@hotmail.com](mailto:juliana_bcb@hotmail.com)**

# **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO REGIME ABERTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO TRABALHO PEDAGÓGICO DESENVOLVIDO EM LONDRINA (PR)**

Este trabalho busca relatar a experiência que vem sendo vivenciada nos anos de 2016 e 2017 enquanto pedagoga no Projeto de extensão “Incubadora dos Direitos Sociais: Patronato” no município de Londrina (PR). O projeto se desenvolve no “Patronato Penitenciário de Londrina (PLDA)”. Esta unidade penal tem como foco de trabalho possibilitar condições para o cumprimento de penas e Medidas Alternativas no regime aberto. Para tanto, sendo o pedagogo um dos pilares na busca pela ressocialização, o trabalho deste profissional está locado no campo da educação não formal e, em síntese, consiste em realizar a inserção dos beneficiários nas políticas públicas de Educação e Trabalho. Com esse propósito, os pedagogos da unidade realizam a elaboração de currículos, divulgação de vagas de empregos, buscam, organizam e ofertam cursos que elucidam sobre questões pertinentes acerca da inserção no mercado de trabalho. Do mesmo modo, encaminham beneficiários para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e para cursos na própria unidade a fim de promover a inserção nas políticas públicas de educação. Tendo como base teórica de nossa práxis os estudos de Gonh (2006) e Gadotti (2005), este relato de experiência busca contar sobre os projetos que o setor pedagógico vem desenvolvendo ao longo dos anos de 2016 e 2017 e mostrar à comunidade uma prática educativa em um contexto social diferente.

**PALAVRAS CHAVE:** Pedagogo. Educação Não Formal. Regime Aberto.

## **1. O regime aberto no município de Londrina (PR)**

O cumprimento das penas e medidas alternativas no regime aberto em Londrina acontece no “Patronato Penitenciário de Londrina (PLDA)”. O órgão público foi criado no ano de 2011 e atende a beneficiários que tiveram duas trajetórias diferentes: egressos do regime fechado e/ou semi-aberto e inicialmente condenados ao regime aberto por penas ou medidas alternativas. Para tanto, conta com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas da administração, direito, serviço social, psicologia e pedagogia.<sup>1</sup> Em síntese, o trabalho pedagógico<sup>2</sup> no regime aberto consiste na realização da inserção dos beneficiários nas políticas públicas de Educação e Trabalho. Para tanto, as pedagogas da unidade desenvolvem – concomitantemente – a ação pedagógica em duas frentes: educação e trabalho. A frente da educação<sup>3</sup> tem como principal foco o cumprimento das Medidas

---

<sup>1</sup>Os profissionais que atuam na unidade são do quadro próprio do estado do Paraná, neste caso, funcionários do DEPEN ou Secretaria Estadual de Educação (SEED) ou participantes do Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL) intitulado “Incubadora dos Direitos Sociais – Patronato.

<sup>2</sup> O setor pedagógico é constituído por três pedagogas, sendo uma da SEED e duas do Projeto de Extensão e conta ainda com o apoio de duas estagiárias do curso de Pedagogia

<sup>3</sup>Devido à especificidade do resumo, o parágrafo é uma síntese do que é uma Medida Educativa e quais as nossas práticas a fim de realizarmos a inserção nas políticas públicas de educação.

Educativas. Tal pena é imposta judicialmente e consiste<sup>4</sup> na frequência de cursos de capacitação, profissionalizante ou educação escolar por um determinado período de tempo. Podendo ser: 400 horas, 200 horas, 150 horas, 100 horas, 50 horas, pelo período de duração da pena ou pelo período de duração do curso. A fim de atender a presente demanda, o PLDA realiza encaminhamentos à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e oferece de forma gratuita cursos de capacitação profissional.

Por sua vez, a frente do trabalho<sup>5</sup> é desenvolvida através de divulgação de vagas de emprego, elaboração de currículo e oferta de cursos que visam a empregabilidade. Uma vez que a ocupação lícita é uma das condições de cumprimento das penas e medidas alternativas em regime aberto. E, se tratando de um público que em sua maioria vive em situação de vulnerabilidade social<sup>6</sup>, possibilitar condições para a inserção ou reinserção no mercado de trabalho é também uma função educativa, logo, um trabalho pedagógico.

Especificamente ao tratarmos dos beneficiários que possuem Medida Educativa, é possível afirmarmos que estes possuem determinadas características em comum: baixo nível de escolaridade, má condição financeira e dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Os beneficiários que chegam à unidade com a referida condição, em sua maioria, não possuem o Ensino Fundamental completo. O dado que ilustra este público indica que dentre 138 beneficiários que possuem a Medida Educativa, 102 são homens e 26 são mulheres.

## **2. Relato da experiência: projetos desenvolvidos e em desenvolvimento**

A obra de José Carlos Libâneo intitulada “Pedagogia e Pedagogos, para quê?” desenvolve brilhantemente a reflexão elucidando que a educação, de modo institucionalizado ou não, ocorre em diferentes contextos e âmbitos da vida social humana. Podendo ela ser informal, não formal e formal. Sendo a primeira marcada pela não intencionalidade e institucionalização do processo educativo; a segunda pela intencionalidade e sistematização, mas, sem a obrigatoriedade de se desenvolver em espaços escolares; e a terceira mais facilmente ilustrada pela educação escolar. Enquanto pedagogos que atuam com a educação não formal no regime aberto, entendemos que esta – aplicada nos cursos de capacitação - “é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática.” (GADOTTI, 2005, p. 2). Contudo, não podemos cometer o equívoco de confundir a não formalidade com não intencionalidade. A educação não formal precisa ser intencional, sistemática e didaticamente organizada.

---

<sup>4</sup>Outra forma de cumprimento da Medida Educativa, imposta judicialmente, consiste na leitura e elaboração de resumo de obras literárias. Vale ressaltar, que esta não é comum acontecer.

<sup>5</sup>Devido à especificidade do resumo, o parágrafo é uma síntese das práticas que realizamos a fim de que haja a inserção nas políticas de trabalho.

<sup>6</sup>Beneficiários que possuem Medida Educativa.

A educação não formal não tem como objetivo apenas capacitar os indivíduos<sup>7</sup> para o mercado de trabalho, mas, sim, formar para a vida, contribuir com a construção ou reconstrução de uma identidade e construção de uma concepção de mundo. Sob a ótica de Gonh (2006) compreendemos que “a educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais.” (GONH, 2006). Diante do exposto e cientes das especificidades deste público, o setor pedagógico da unidade desenvolveu e vem desenvolvendo alguns projetos educacionais que visam a união da teoria com a prática. Para que a educação desenvolvida não seja uma prática esvaziada de teoria ou teoria distante do contato com a prática. Sobretudo, por compreendermos diante da realidade que a relevância e valoração da educação para este público, só irá acontecer se esta tiver aplicabilidade em seu cotidiano.

Para tanto, um dos projetos desenvolvidos intitulou-se como “Economia Doméstica”. O projeto se iniciou com uma parceria firmada com o Laboratório de Tecnologia em Educação (LABTED), no qual resultou na oferta de um curso que tinha como objetivo trabalhar a questão da relação existente entre a renda obtida e o gasto financeiro. O curso foi ministrado por dois professores da instituição que conseguiram – de maneira extremamente didática – atingir e contribuir com a saúde financeira desses adultos.

Visando a superação do alto índice de desemprego, buscamos desenvolver um projeto que abordasse os assuntos pertinentes à esta temática. Para tanto, firmamos uma parceria com a UEL na qual culminou na oferta de dois módulos do curso “Mercado de trabalho e Entrevista de Emprego”. O curso se desenvolveu com a discussão de questões que tratavam das principais demandas do mercado de trabalho brasileiro, os fatores que levam à recusa da oportunidade de trabalho, como se portar em uma entrevista, qual o modelo indicado e informações pertinentes a compor o currículo, entre outros. Vale ressaltar que este curso não buscou somente a inserção no mercado de trabalho, mas, a busca pela identidade e valorização pessoal dos beneficiários.

---

<sup>7</sup>As características que compõem o público do regime aberto – ainda que majoritariamente masculino - são diversas. Pela unidade passam homens, mulheres, negros, brancos, jovens, adultos, idosos, pessoas em situação de extrema pobreza, pessoas que possuem uma condição financeira estável, que apresentam um baixo nível de escolaridade, que chegaram a completar o ensino superior, que trabalham ou estão desempregados, entre outras. Diante do exposto, vale ressaltar que – diante dos múltiplos personagens - não é possível criar um perfil de beneficiário que frequenta a unidade.

Os projetos citados até então, foram desenvolvidos e aplicados no segundo semestre de 2016. Para o ano de 2017<sup>8</sup>, estamos desenvolvendo outros dois projetos intitulados “Marido de Aluguel” e “Alfabetização Digital”. O primeiro projeto surgiu concomitantemente com o interesse demonstrado por parte dos beneficiários em atuar profissionalmente na área da construção civil e a demanda crescente de mão de obra nesta área. Para tanto, a princípio, firmamos uma parceria com o Instituto da Construção em Londrina, o qual se propôs a ofertar de forma gratuita o curso “Marido de Aluguel”. O qual buscará capacitar homens e mulheres para trabalhos mais simples desenvolvidos no âmbito da construção civil, tais como: instalações e reparos em geral.

Por fim, o segundo projeto que estamos desenvolvendo em 2017 intitula-se como “Alfabetização Digital”. A proposta da temática surgiu junto à necessidade de nos atualizarmos e conhecermos as práticas digitais, uma vez que progressivamente esta vem ganhando espaço no mundo. O curso – que também será ofertado por meio de uma parceria com a UEL – busca propiciar a inicialização à alfabetização digital. Para tanto, será ministrado por uma docente do curso de Pedagogia da universidade que desenvolve pesquisas sobre os meios digitais e as influências deste na sociedade. O PLDA conta com a estrutura de um laboratório de informática, portanto, as aulas serão ministradas na própria unidade.

## REFERÊNCIA

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution?** *Institut International des droits de l'enfant*, Sion, 2005.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: *Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 2006, São Paulo. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext)>

---

<sup>8</sup> Atualmente o PLDA atende a 1582 beneficiários, estando neste montante 1369 homens e 213 mulheres. Foi imposto judicialmente a estes indivíduos a obrigatoriedade<sup>8</sup> da apresentação bimestral perante a unidade, comprovação de seus endereços e ocupação, pagamento de cesta básica, pena pecuniária, prestação de serviço à comunidade, frequência no programa BASTA, programa SAIBA e/ou Medida Educativa<sup>8</sup>.